

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.277 - SP (2019/0326683-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : JORGE LEANDRO MEDEIROS  
**RECORRENTE** : PATRICIA VILLAR DIAS MEDEIROS  
**ADVOGADOS** : MAURÍCIO MONTEAGUDO FLAUSINO - SP192032  
FRANCISCA DA SILVA ALMEIDA - SP187694  
**RECORRIDO** : IL PICCOLO SOLE MOVEIS E DECORACOES LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por **JORGE LEANDRO MEDEIROS e PATRÍCIA VILLAR DIAS MEDEIROS**, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 540, e-STJ):

COMPRA E VENDA – MÓVEIS PLANEJADOS – RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – Inércia dos Autores – Alteração de endereço sem comunicação – SENTENÇA DE EXTINÇÃO, com fulcro no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil – RECURSO DOS AUTORES IMPROVIDO

Opostos embargos de declaração (fls. 544/548, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 552/555, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 558/574, e-STJ), alegaram os recorrentes violação ao artigos 485, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015. Sustentaram, em síntese, não ser possível a extinção do processo por abandono de causa, porquanto não houve sua devida intimação. Asseveraram a necessidade de intimação por edital no caso do paradeiro das partes ser desconhecido. Suscitaram dissídio jurisprudencial.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial (fls. 600/601, e-STJ), os autos subiram a esta Corte.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

A insurgência merece prosperar.

1. Cinge-se a controvérsia recursal a definir se houve, ou não, abandono de causa pelos recorrentes, quando não se logrou êxito na realização da intimação a dar andamento ao feito no endereço fornecido na petição inicial, considerada a falta de comunicação do juízo acerca da mudança de domicílio.

Sobre a temática, o Tribunal de origem entendeu ter-se configurado a inércia dos recorrentes, tendo em conta a eles caberia a comunicação acerca da alteração do endereço. Veja-se excerto do acórdão (fl. 541, e-STJ):

Houve a tentativa de intimação pessoal dos Autores para o prosseguimento

do feito, sob pena de extinção do processo (fls.453), no endereço indicado na petição inicial (Rua das Palmeiras, número 160, apartamento 113, Bloco Imperial, Vila Augusta, 07022-000, Guarulhos/SP), mas o aviso de recebimento consignou "mudou-se (fls.462).

Assim, porque incumbia aos Autores a comunicação acerca da alteração do endereço em que residiam, o que não ocorreu, sobreveio a sentença.

Como se vê, o entendimento adotado pelo Tribunal *a quo* está em descompasso com a jurisprudência desta Corte Superior, porquanto a extinção do processo em decorrência do abandono da causa pelo autor somente poderá ser decretada se, intimada pessoalmente a promover o andamento do feito, a parte deixar de fazê-lo no prazo consignado pelo juízo, de modo que, se restar a tentativa de comunicação frustrada por incorreção do endereço correto, deve ser perfectibilizada por edital.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO - EXTINÇÃO DE OFÍCIO POR ALEGADO ABANDONO DA CAUSA - TRIBUNAL DE ORIGEM QUE REFORMOU A DELIBERAÇÃO ANTE A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE EXEQUENTE E INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DO EXECUTADO QUE MANEJOU EMBARGOS DO DEVEDOR - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - IRRESIGNAÇÃO DO EXECUTADO - AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei nº 13.105/2015 (NCPC), motivo pelo qual o recurso especial está sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme o Enunciado Administrativo nº 2/2016 desta Corte Superior.

2. Aplicação do óbice da súmula 211/STJ à alegada afronta do disposto nos arts. 39, inciso II e 238, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil/73 ante a ausência de prequestionamento da tese referente ao dever da parte ou de seu patrono informar a mudança de endereço.

3. A extinção do processo por abandono do autor pressupõe o ânimo inequívoco, ante a inércia manifestada quando, intimado pessoalmente, permanece silente quanto ao intento de prosseguir no feito.

4. Para o acolhimento da tese dos insurgentes acerca da adequada intimação pessoal da parte exequente para promover o andamento do feito executivo, seria imprescindível promover o reenfrentamento do acervo fático-probatório dos autos, providência sabidamente vedada a esta Corte Superior ante o óbice da súmula 7/STJ.

5. Não há falar que o mero aviso de recebimento devolvido com a informação 'mudou-se' denotaria a responsabilidade exclusiva do exequente pelas consequências de tal fato, haja vista que o entendimento do Tribunal *a quo* no sentido da necessidade de proceder à intimação por edital do exequente caso desconhecido o endereço se coaduna com a jurisprudência desta Corte Superior. Precedentes.

6. O abandono do causa pelo autor pressupõe o requerimento do réu, entendimento este consubstanciado na súmula 240 deste Superior Tribunal de Justiça, notadamente quando embargada a execução.

7. A divergência jurisprudencial não foi adequadamente demonstrada nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

8. Agravo interno desprovido.

(**AgInt no REsp 1466279/MS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, **QUARTA TURMA**, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE APURAÇÃO DE HAVERES DE QUOTAS DE SÓCIO EXCLUÍDO. EXTINÇÃO DE OFÍCIO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. ART. 267, INCISO III, § 1º, CPC/1973. REQUERIMENTO DA PARTE RÉ. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 240/STJ. INTIMAÇÃO PESSOAL FRUSTRADA. ENDEREÇO ESTRANHO AOS AUTOS. INTIMAÇÃO POR EDITAL. NECESSIDADE.

1. O recurso especial tem origem em ação de apuração de haveres de quotas de sócio excluído, que foi extinta sem resolução do mérito por abandono da causa pelo autor.

2. Segundo a jurisprudência desta Corte, consolidada na Súmula nº 240/STJ, é defeso ao juiz extinguir o processo por abandono da causa de ofício, sendo imprescindível o requerimento do réu, pois, de um lado, não é dado presumir desinteresse da parte contrária já citada no prosseguimento e solução da causa e, de outro, ao autor não poderia ser imposta tal sanção sem o requerimento prévio da parte ré, pois sua inércia, nesse caso, não estaria suficientemente evidenciada.

3. Vale ressaltar que a inteligência da Súmula nº 240/STJ foi incorporada ao Código de Processo Civil de 2015 que passou a prever, em seu artigo 485, § 6º, que, oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.

4. A extinção do processo por abandono da causa pelo autor pressupõe a sua intimação pessoal que, se for frustrada por falta de endereço correto, deve se perfectibilizar por edital. Precedentes.

5. Recurso especial provido.

(**REsp 1596446/SC**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 14/06/2016, DJe 20/06/2016)

De rigor, portanto, a reforma do acórdão recorrido.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial a fim de afastar, no caso, o reconhecimento de abandono de causa pela exequente e determinar o retorno dos autos à origem para que proceda com nova intimação no novo endereço da parte, caso tenha sido informado, ou por edital, caso ainda desconhecido o seu endereço.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator